

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de junho do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0101/2017

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.031.675/2017-1 de 22/03/2017

Auto de Infração nº 050979/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 718.868,00

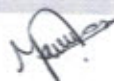
**EMENTA**

**Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Recurso Voluntário. Prestação de serviços constante na lista de serviços, enquadrado no art. 239 da Lei Complementar n. 105/2003. Substituto Tributário. Deixou de recolher ISSQN RETIDO de operações realizadas no mês de AGO/SET/OUT/NOV/DEZ/2014; JUL/AGO/SET/OUT/NOV/DEZ/2015 e JAN/FEV/2016. Incontroverso que houve retenção do imposto e não houve repasse. Enriquecimento ilícito. Aplicação do princípio da razoabilidade. Auto de Infração mantido em todos os seus termos.**

1. Recorrente concorda com o lançamento efetuado, em sua defesa contrapõe apenas o valor da multa punitiva aplicada.
2. Através do relatório de documentos por lançamento constante nos autos restou comprovado que houve a retenção do imposto e não houve o repasse para o fisco municipal.
3. Demonstrativo de valores reproduz o quantum do A.I. combatido caracterizando que a multa punitiva representa 80% do valor atualizado nos termos do art. 352, X, "a" do CTM.
4. Multa tributária, nos termos do art. 150, IV da CF não se sujeita ao princípio do não confisco, como ocorre com o tributo, entendimento este firmado no STJ (AGRESP:627315. D.P. 09/08/2004 – ACÓRDÃO nº 200302335358)
5. Não há que se falar em ofensa aos dispositivos constitucionais invocados.
3. Decisão de 1ª Instância Administrativa que declarou subsistente o Auto de Infração e Apreensão nº 050979/2016 ratificada.

**Recurso conhecido e improvido.**

**Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de junho do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0101/2017

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.0.031.675/2017-1 de 22/03/2017

Auto de Infração nº 050979/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 718.868,00

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Jose Edemir Moreira Fernandes; 3. Jesse Rodrigues de Arruda Barros; 4. Samuel Barrem da Silva; 5. Vitor de Oliveira Tavares e 6. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 09 de junho de 2.017

*Pedro Marcelo Simone*  
Presidente da Turma

*Marli de Paula Vilella*  
Conselheira Relatora

*Jair Alves da Rocha*  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de junho do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0102/2017

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.130.482/2016-1 de 13/12/2016

Auto de Infração nº 052661/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 409.251,29

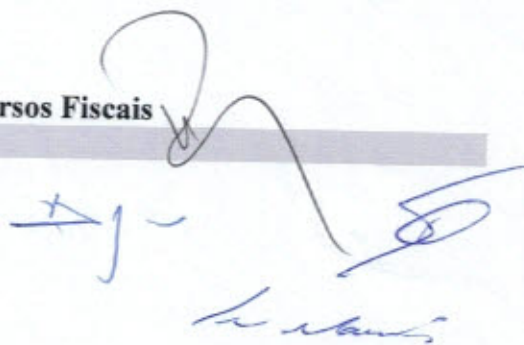
**EMENTA**

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Prestação de serviços enquadrado no item 4, sub item 4.03 constante na Lista de Serviços anexa ao art. 239, 242 e 244 e §§ da Lei Complementar n. 043/97 e suas alterações, sendo penalizado pelos artigos 158 e 352, III, “a” do mesmo diploma legal. Deixou de recolher ISSQN PRÓPRIO de operações tributáveis realizadas no mês de jun/ jul/agos/set/out/nov/dez de 2015 e jan/fev/2016. Quadro demonstrativo de débitos integrante da notificação fiscal. Prova pericial. Alegação de multa confiscatória. Aplicação do princípio da razoabilidade. Auto de Infração mantido.

1. Pleito de prova pericial não acolhida, consta nos autos elementos probatórios necessários a clara delimitação da lide.
2. Defesa apresentada não contradiz o imposto lançado.
3. Recorrente não trouxe aos autos nenhuma prova a contrapor a autuação lavrada.
4. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
5. Conforme STF a multa aplicada no percentual de 40% não agride o princípio da razoabilidade e do não confisco.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa que declarou válido e subsistente o auto de Infração deve ser mantida.

**Recurso conhecido e improvido.**

**Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de junho do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0102/2017

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **HOSPITAL DE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.130.482/2016-1 de 13/12/2016

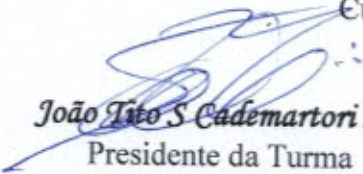
Auto de Infração nº 052661/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 409.251,29


**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. João Tito S Cademartori Neto; 3. Jaime Marcelino F Júnior; 4. Elizarete da Cruz S Navarrete e 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

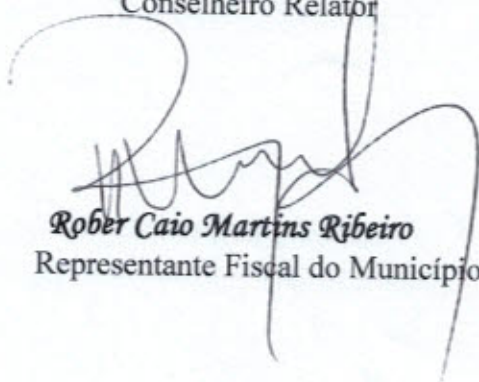
Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de junho de 2.017

  
**João Tito S Cademartori Neto**  
Presidente da Turma  
em exercício

  
**Luiz Mário Massad Gomes da Silva**  
Conselheiro Relator

  
**Benedito Oscar Fernandes de Campos**  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

  
**Rober Caio Martins Ribeiro**  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 28 de junho do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0100/2017

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício Processo nº: 0.047.420/2016-1 de 05/05/2016

Auto de Infração nº 051842/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 17.611,51

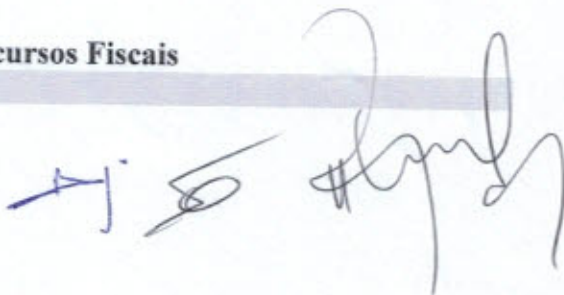
**EMENTA**

**Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Recurso de Ofício. Deixou de recolher ISSQN de operações realizadas no mês de SET./2011 a AGOS/2012. Infrigência art. 239 da Lei Complementar nº 043/97. Sendo penalizado pelo art. 352, III, “a” do mesmo diploma legal. ISSQN retido e recolhido pelo substituto tributário. Auto de Infração cancelado**

1. Restou comprovado que o ISSQN foi retido e recolhido pelo substituto tributário, conforme Relatório de Documentos Fiscais Declarados e Pagos.
2. Não há valor a ser recolhido a título de ISSQN proveniente do contrato de prestação de serviços nº 053/2011.
3. Cobrança ISS descabida.
4. Decisão de 1ª Instância Administrativa que acolheu a defesa apresentada concluindo pela insubsistência da NAI nº 051842/2016 deve ser ratificada.

**Recurso conhecido e improvido.**

**Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 28 de junho do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0100/2017

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício Processo nº: 0.047.420/2016-1 de 05/05/2016

Auto de Infração nº 051842/2016 - ISSQN - SMF - Valor: R\$ 17.611,51

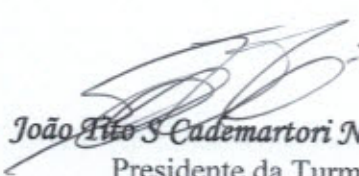
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Conselheiro João Tito Schenini Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Onofre Russo Filho; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim e 4. Jaime Marcelino F Júnior.


O conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva acompanhou o relator mas quis fundamentar melhor seu voto e apresentou em apartado.

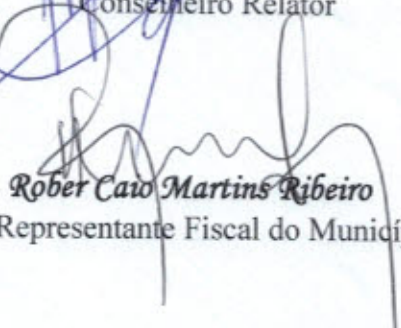
Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 01 de junho de 2.017

  
**João Tito S. Cademartori Neto**  
Presidente da Turma  
em exercício

  
**Elías correia Pedrozo**  
Conselheiro Relator

  
**Benedito Oscar Fernandes de Campos**  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

  
**Rober Caio Martins Ribeiro**  
Representante Fiscal do Município